



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005150-66.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Pessoa Idosa**
 Requerente: **Maria Conceição das Neves Santos**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A médica do próprio SUS confeccionou relatório médico datado de 15.02.2017, ou seja, há mais de um ano, já destacando a 'perda progressiva da acuidade visual' da autora, conforme págs. 17.

Havia consulta agendada para o mês 08.2018, entretanto a médica do SUS foi enfática ao mencionar, em outro relatório, à pág. 19, que existe a necessidade de atendimento urgente.

Com a devida vênia à fazenda estadual, no presente caso, excepcionalmente, não é possível afirmar que se trata de 'comodismo' ou 'tratamento diferenciado', se não hipótese - ao menos à luz dos elementos de cognição colhidos - em que a emergência justificava, justamente em cumprimento à isonomia material, a antecipação da consulta.

Confirmada a liminar e tornada definitiva a liminar, julgo procedente a ação para condenar os réus Estado de São Paulo e Município de São Carlos, solidariamente, na obrigação de anteciparem a consulta médica especializada, no prazo de 10 dias estabelecido na tutela provisória de urgência, e já transcorrido.

1005150-66.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Caso tenha havido o cumprimento da ordem judicial, com realização da consulta, restará prejudicado o cumprimento de sentença, ante a satisfação do bem da vida no curso do processo. **Prazo de 15 dias para a autora esclarecer se houve a consulta do dia 21 de junho mencionada pela fazenda municipal em contestação, advertida de que, no silêncio, presumir-se-á o cumprimento completo da liminar e, com o trânsito em julgado, os autos serão arquivados.**

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 07 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**